

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEU IMPACTO NA ECONOMIA DE GOIANÁPOLIS/GO

Tatielle de Oliveira Gomes ¹
Joana D'arc Bardella Castro ²

¹ Graduanda do curso de economia Campus Anápolis de CCSEH/UEG.

² Doutora em economia pela UNB e docente da Universidade Estadual de Goiás).

Introdução

A preocupação com o crescimento do Produto Interno Bruto e das exportações, o controle inflacionário e cambial normalmente são os principais focos das políticas econômicas adotadas no Brasil. Entretanto, nos últimos anos a questão social vêm ganhando importância no contexto das políticas públicas, pois verifica-se que a o aumento da capacidade produtiva e do progresso técnico deve ser acompanhado do aumento da qualidade de vida das pessoas.

Portanto, para que o país possa de fato se desenvolver, é necessário que os benefícios gerados pelo crescimento econômico não atinjam apenas uma parcela da sociedade, mas que sejam distribuídos de forma equitativa. Para isso, é preciso a intervenção do Estado para garantir uma melhor distribuição de renda, a redução das desigualdades sociais e da pobreza, (GREMAUD; VASCONCELLOS e JÚNIOR, 2014).

Um dos instrumentos usados pelo governo para distribuir renda de forma justa e diminuir a pobreza é através de política distributiva, a qual pode ser feita via transferências, impostos ou subsídios. No Brasil a partir da década de 1990 intensificou-se a criação de programas sociais de transferência de renda, com destaque para o Programa Bolsa Família (PBF) que vêm apresentando resultados significativos na redução da pobreza, desigualdade social e distribuição de renda no país.

Existem vários trabalhos que mostram o efeito positivo do programa para o aumento do nível de renda, da nutrição e grau de escolaridade dessa população beneficiária. Contudo, ainda não se conhece o impacto desse programa para a economia do município de Goianápolis/Go.

Goianápolis/Go localiza-se entre as cidades de Goiânia e Anápolis cuja população em 2010 de acordo com os dados do IBGE era de 10.695 habitantes e possui 729 famílias cadastradas no PBF até dezembro de 2015, e o repasse feito pelo governo federal ao município foi de 1.065.101,00 (MDS, 2017).

Compreender como a distribuição de renda feita pelo governo federal contribui para o aumento do PIB *per capita* e o impacto sobre as diferentes atividades econômicas é importante para entender o crescimento e desenvolvimento desse município. Assim, é necessário fazer uma análise do PIB *per capita* entre os anos de 2000 a 2015 e verificar como a transferência de renda feita pelo Bolsa Família afetou o crescimento desse índice econômico.

O problema levantado é como o Programa Bolsa Família tem impactado na economia de Goianópolis/GO?

Referencial Teórico

Para compreender o cenário que desencadeou na criação do programa Bolsa Família faz-se necessário um resgate histórico sobre as políticas sociais no Brasil. Políticas sociais são ações do Estado que objetivam o amparo aos mais pobres, permitindo que eles tenham o mínimo para sobreviverem. Essas políticas se reformulam de acordo com o estágio de desenvolvimento de um país e da demanda dos cidadãos dessa sociedade.

Assemelhando-se a outros países, o Brasil tem na família, na igreja e na filantropia as origens do assistencialismo. Portanto, os primeiros movimentos de proteção dos pobres deram-se através da bondade e da caridade individual ou coletiva, e não era reconhecido que esses cidadãos estavam na verdade privados de receber bens e/ou serviços que tinham direito.

A lei Eloy Chaves publicada pelo Decreto nº 4.682 em 24 de janeiro de 1923 é considerada o marco da proteção social e a base para o sistema Previdenciário Brasileiro através das CAPs (Caixas de Aposentadoria e Pensão). O benefício a priori foi destinado aos ferroviários devido ao alto risco de acidentes e desgaste físico da profissão. A fonte de financiamento da CAPs procedia do Estado, das contribuições dos trabalhadores e dos empregadores, (ROSA, 2011).

Na década de 30, destaca-se a Era Vargas que se estendeu de 1930-45. Nesse período foram implementadas diversas políticas sociais cujo objetivo era a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente dos trabalhadores. Foi promulgada a CLT (Constituição das Leis Trabalhistas), e criados o Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho, (ROSA, 2011).

Na década de 1970 o Brasil passava por um momento de instabilidade política e econômica provocada pelo desequilíbrio fiscal. O país era comandado pelos militares e nesse período o foco das políticas econômicas estava no crescimento do PIB acreditando que desta

forma a distribuição de riqueza seria feita de maneira automática a toda população. Entretanto, essa realidade não se concretizou, pelo contrário, a concentração de renda aumentou, a pobreza e as desigualdades sociais intensificaram-se.

A forte opressão do regime militar juntamente com a insatisfação popular ensejou a articulação de movimentos sociais contra a realidade vivenciada. Foram feitas manifestações populares com o objetivo de conquistar a redemocratização do país e a ampliação e universalização dos direitos sociais. (RIBEIRO, 2013).

Vindo de encontro aos desejos de toda a sociedade brasileira, a Constituição de 1988, estabeleceu um divisor de águas na história do assistencialismo no Brasil. Conforme Silva (2010), a ampliação dos direitos aos trabalhadores rurais e urbanos, sendo que os trabalhadores do campo não necessitavam de contribuição anterior, e a fixação de um valor mínimo para recebimento do benefício (um salário mínimo) constituiu um avanço na qualidade de vida de todos os brasileiros.

Na década seguinte houve um aumento significativos de medidas de proteção social, com destaque para a criação dos primeiros programas sociais. Em 1993 foi criado a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) através da Lei nº 8.742. Em 1991 iniciou-se a articulação do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM). Em 1993 é lançado durante o governo de Itamar Franco o Plano de Combate à Fome e a Miséria (PCFM) cujo objetivo era o combate à fome, a pobreza e da indigência. Em 1996 o governo lança o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Benefício de Prestação Continuada, já em 1999 foi criada o Programa Comunidade Ativa, uma proposta visando melhorar a eficácia do Programa Comunidade Solidária.

Em 2001 foram criados o Fundo de Combate à Pobreza e diversos programas sociais como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Brasil Jovem. Em 2003, foi expandido os programas federais tanto em abrangência quanto em valores, culminando com a concepção do Programa Bolsa Família (PBF).

O Bolsa Família substituiu o programa de combate à fome e à pobreza lançado no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Fome Zero, pois este enfrentava problemas de planejamento e execução. Além disso, o Bolsa Família proporcionou a unificação de diversos programas sociais já existentes, aprimorando o controle financeiro e administrativo dos programas sociais.

O Bolsa Família é um programa federal de assistência social criado em 20 de outubro de 2003 pela Medida Provisória nº 132, institucionalizado pela Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004 e posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004, modificado pelo Decreto nº 7.447 de 1º de março de 2011.

O Bolsa Família consiste em um programa social de transferência direta de renda às famílias carentes, cujo objetivo é de contribuir para a melhoria das condições de vida dos beneficiários no curto prazo e romper o ciclo de pobreza entre gerações.

Para fazer parte do PBF é preciso que o indivíduo tenha inscrição no Cadastro Único no município ou através dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), e possuir renda *per capita* até R\$85,00 mensais, independentes da composição familiar ou renda por pessoa entre R\$85,01 e R\$170,00 mensais desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos na composição familiar, (MDS, 2017).

Os benefícios do Bolsa Família são classificados em: Benefício Básico, Variável e Benefício para a superação da extrema pobreza. O benefício Básico é concedido às famílias extremamente pobres no valor de R\$85,00 independentes da composição da família. Os benefícios variáveis são concedidos às famílias que tenham na composição familiar crianças de 0 a 15 anos (podendo acumular no máximo cinco benefícios), gestantes ou lactantes (benefício concedido durante nove meses e seis meses em cada caso respectivamente) no valor de R\$39,00 e benefício variável ligado ao jovem, em que deve ter adolescentes de 16 e 17 anos no grupo familiar (podendo acumular no máximo dois benefícios). O benefício para superação da extrema pobreza é destinado às famílias que mesmo recebendo outros benefícios do programa continuam na extrema pobreza, nesse caso o valor do benefício é calculado individualmente.

Para fazer jus aos benefícios descritos acima as famílias devem cumprir algumas responsabilidades na área da educação e da saúde. Na educação os responsáveis devem matricular as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, sendo que eles devem manter uma frequência mínima de 85% mensalmente e os adolescentes de 16 e 17 anos devem ter 75% de assiduidade na instituição de ensino onde estudam todos os meses.

Na área da saúde, os responsáveis devem manter as vacinas das crianças menores de 7 anos atualizadas, bem como levar as crianças aos postos de saúde para pesar, medir e fazer todo o acompanhamento do seu crescimento e desenvolvimento. As gestantes devem fazer o pré-

natal e comparecer em todas as consultas nas Unidades de Saúde. As lactantes precisam participar de palestras sobre o aleitamento materno e programas de educação alimentar oferecidos pelo governo federal, estadual ou municipal.

Metodologia

Pesquisa bibliográfica e descritiva.

Conclusão

As políticas públicas voltadas para a proteção social no Brasil começaram a passos lentos, e somente a partir da Constituição de 88 é que os direitos à uma vida digna foi legalmente instituída. Atualmente, o Programa Bolsa Família é considerado um dos melhores programas de erradicação da fome e da pobreza, além de diminuir as desigualdades sociais. Contudo, ainda há muitos brasileiros extremamente pobres, as políticas sociais devem ser ampliadas e fornecer recursos para que esses brasileiros saiam definitivamente da miséria, pois o desenvolvimento do país está ligado às condições de vida do seu povo.

Referências

GREMAUD, A. P, VASCONCELLOS, M. A. S. de, JÚNIOR, R. T. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2014.

IBGE. **População de Goianápolis/Go em 2010**. Disponível em: <
<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=520840&search=goias|goianapolis|infograficos:-informacoes-completas>> Acesso em março de 2017.

MDS. **Portal da Transparência**. Disponível em: <
<http://transparencia.gov.br/PortalTransparenciaTRProgramaPesquisaRepasse.asp?exercicio=2015&codigoPrograma=1335&codigoAcao=8442&codigoFuncao=08&codigoSubfuncao=244&siglaEstado=GO&textoPesquisaAcao=&textoPesquisaPrograma=&textoPesquisaMunicipio=&codigoMunicipio=9367&codFavorecido=3802175&cpfncpnjnis=00014240088727>> Acesso em março de 2017.

RIBERIO, S. C. **Políticas sociais e o Programa Bolsa Família: uma abordagem teórica à luz da pobreza multidimensional**. In: Semana de Economia da UESB, XII, 2013, Bahia. Anais... Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2013, p. 1-20.

ROSA, M. S. **O Impacto do Programa Bolsa Família na Distribuição de Renda do Estado de Goiás no período de 2004 a 2009**. 2011, 91f. Monografia (Graduação em Economia). Universidade Estadual de Goiás, GO.

SILVA, M. O. S. e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**. Revista Katálysis. Florianópolis, v. 13, n.2, p.155-163, jul/dez. 2010.